SUSTENTABILIDADE NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO PARA A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL / SUSTAINABILITY IN THE BUSINESS ADMINISTRATION: A STUDY ON THE CHALLENGES OF TRAINING FOR ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY

Liliane Pinto Gomes
Graduada em Administração (PUC Minas)
lilianepg92@bol.com.br

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
Doutor em Administração (Eaesp-FGV)
Docente da PUC Minas
armindo.teodosio@gmail.com

Camila Álvares dos Reis
Mestranda em Administração (PUC Minas)
cammi.reis@gmail.com

Rafael Rodrigues de Castro
Pós-Graduado em Ética (PUC Minas)
rafaelcastro19@gmail.com

Resumo

Neste artigo, analisa-se o ensino da sustentabilidade no curso de Administração a fim de problematizar as estratégias de ensino-aprendizagem desenvolvidas para a formação socioambiental dos graduandos da PUC Minas em Betim. Para tanto, discute-se a compreensão de professores, alunos e gestores do curso quanto à difusão de temas socioambientais nas diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão que compõem a formação de administradores. Com isso, busca-se analisar os desafios e as perspectivas para o aprendizado socioambiental e apontar fatores que favoreçam ou dificultem a construção de uma consciência ambiental e uma postura de responsabilidade social mais avançada entre os graduandos em Administração. As estratégias de pesquisa baseiam-se no levantamento de dados secundários relativos à regulação do ensino de Administração no Brasil e no mundo e a documentos e avaliações produzidos pelo curso da PUC Minas em Betim, bem como na coleta de dados primários através da realização de entrevistas semiestruturadas, com professores, alunos e gestores, e da aplicação de questionários a esse mesmo público. A formação socioambiental de graduandos em Administração destaca-se não apenas pelos desdobramentos que pode trazer para o avanço da promoção da sustentabilidade, mas também porque constitui um dos objetos de pesquisa mais relevantes no campo de conhecimento da Administração, sendo alvo da atenção de pesquisadores e centros de pesquisa de referência na área no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: Gestão ambiental. Sustentabilidade. Formação de administradores.

Abstract

This paper deals with the teaching of sustainability in the under-graduation course of Management, analyzing the learning process developed in the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC Minas) in Betim, Minas Gerais, Brazil. The authors discuss the perception of professors, students and the coordination of the course about the disclosure of social and environmental issues in the different activities of teaching, research, and university-society relationship that make up the training of the under-graduation students. This research analyzes the challenges and prospects for environmental learning and point to factors that promote or hinder the construction of an environmental awareness and a more advanced posture related to the social responsibility among the future managers. The research strategies adopted are based on the collection of secondary data related to the regulation of teaching of Management in Brazil and in the world, and review the documents produced by the course. We collected primary data by conducting semi-structured interviews with professors, students, and the head of the course, and questionnaires applied to the same audience. The environmental education in the Management course is relevant not only by the promotion of sustainable development, but also because it represents one of the most important objects of research in the field of knowledge of the Management, drawing the attention of researchers and research centers in Brazil and worldwide.

Keywords: Environmental management. Sustainability. Management education.

Introdução

Com o grande consumo de recursos naturais, as empresas vêm incorporando em suas estratégias o conceito de sustentabilidade, por ser uma das novas expectativas e exigências da sociedade e do mercado no que se refere às suas responsabilidades para com a sociedade.

Sabendo da importância da sustentabilidade, as organizações enxergam como desafio o investimento em tecnologias ambientais – adotar processos eficientes e estabelecer políticas que permitam fornecer produtos a preços que satisfaçam as necessidades humanas, causando menos impacto no meio ambiente.

Nesse cenário, há uma tentativa do curso de Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) de Betim em atender os perfis de profissionais exigidos pela sociedade, o que se reflete na dinâmica do projeto político-pedagógico do curso. Nesse contexto, surgem algumas perguntas relevantes: os alunos do curso de Administração têm interesse pelo tema da sustentabilidade? Quais práticas didático-pedagógicas estão sendo implementadas para promover a formação socioambiental desses alunos? Quais os avanços obtidos e quais os desafios ainda a superar na construção da responsabilidade socioambiental entre graduandos do curso de Administração?

Neste trabalho, discute-se a dimensão da compreensão do comportamento ecológico de futuros administradores, com a pretensão de levantar contribuições para a formação socioambiental dos alunos do campo da Administração. Para tanto, apresentam-se as bases teóricas do estudo e os procedimentos metodológicos adotados, descrevem-se e analisam-se os dados coletados e propõem-se novas perspectivas de reflexão sobre a formação socioambiental de graduandos em Administração, o que se consolida nas considerações finais do texto.

Sustentabilidade: um conceito de muitos significados

Barbieri (1997) afirma que a expressão **desenvolvimento sustentável** apareceu pela primeira vez em 1980, no documento denominado World Conservation Strategy, produzido pela

International Union for Conservation of Nature (IUCN) e pelo World Wildlife Fund (WWF). Esse documento contém estratégias para a conservação da natureza, a fim de manter processos ecológicos essenciais e sistemas naturais vitais necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do ser humano.

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou maior projeção internacional a partir de 1987, com o relatório Nosso Futuro Comum, lançado no processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas (SACHS, 1993). Esse documento apresenta informações colhidas ao longo de três anos de pesquisa, destacando as questões sociais ligadas aos problemas ambientais, principalmente no que se refere a uso e ocupação da terra, suprimento de água, abrigo de populações, serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano. Nesse relatório, está exposta uma das definições mais difundidas entre diferentes sociedades sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, remetendo à necessidade de que as gerações deste século se comprometam com as necessidades das gerações futuras (BARONI, 1992).

Esses princípios também foram firmados na Agenda 21, documento elaborado na Conferência Rio-92 e incorporado em outras iniciativas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos (ABRAMOVAY; SPERANZA; PETITGAND, 2013).

Entre as várias definições de desenvolvimento sustentável, existem algumas que compartilham pontos em comum. Analisando detalhes dessas diferentes compreensões, percebe-se que a maior parte dos estudos aponta três pilares essenciais: 1) o econômico; 2) o ambiental; 3) o social. Para compreender o conceito de forma ampla, essas dimensões precisam estar integradas, conforme assinala Almeida (2002, p. 46):

> A dimensão econômica inclui não só a economia formal, mas também as atividades informais que provêm serviços para os indivíduos e grupos e aumentam, assim, a renda monetária e o padrão de vida dos indivíduos. A dimensão ambiental ou ecológica estimula empresas a considerar o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente, na forma de utilização dos recursos naturais, e contribui para a integração da administração ambiental na rotina de trabalho. A dimensão social consiste no aspecto social relacionado às qualidades dos seres humanos, como suas habilidades, dedicação e experiências, abrangendo tanto o ambiente interno da empresa quanto o externo.

Com base em Lélé (1991) e Sachs (1993), é possível considerar que não há uma separação entre os três componentes do desenvolvimento sustentável.

Há, entretanto, uma confusão acerca dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Por isso, é importante ter clareza sobre as suas diferenças. De acordo com Silva e Mendes (2005), sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não funcionam como apontamentos dicotômicos, mas como complementos: o primeiro se relaciona com o fim, ou objetivo maior, e o segundo com o meio.

Pode-se dizer que um desenvolvimento que satisfaça as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades, não é tarefa fácil e exige transformações estruturais no modo de funcionamento dos mercados, de organização da sociedade e de governança dos territórios. Essa concepção começa a se formar e a se difundir, junto com o questionamento do estilo de desenvolvimento adotado, quando se constata que o modelo predatório de utilização dos recursos naturais, notoriamente perverso, gera pobreza e extrema desigualdade social, concentrando o abuso de poder, modelo que pode ser considerado culturalmente alienado em relação aos próprios valores e eticamente censurável no respeito aos direitos humanos e às demais espé-

cies (ABRAMOVAY; SPERANZA; PETITGAND, 2013). É preciso ter em mente que, para o desenvolvimento ser considerado sustentável, os três pilares – econômico, social e ambiental – devem se manifestar em efetivo equilíbrio.

Sustentabilidade como estratégia empresarial

Nos dias de hoje, a questão da sustentabilidade é um dos fatores primordiais para o desenvolvimento empresarial. No entanto, esse conceito não é muito difundido dentro das empresas, apesar das pressões sociais e das restrições impostas para que busquem novas formas de reduzir seu impacto ambiental e melhorem sua imagem em relação à responsabilidade social (CLARO *et al.*, 2008).

Os princípios e padrões que orientam o comportamento do mundo dos negócios demandam que as organizações se mobilizem em torno da sustentabilidade. Muitas ações empresariais têm se centrado prioritariamente em resultados sustentáveis para processos e produtos (JABBOUR; SANTOS, 2006).

Do ponto de vista social, a empresa deve proporcionar melhores condições de trabalho para seus empregados e contemplar a diversidade cultural existente na sociedade. Do ponto de vista econômico, a sustentabilidade prevê que as empresas sejam economicamente viáveis, tendo seu papel social por um aspecto rentável, manejando capital privado. Do ponto de vista ambiental, a organização pauta-se pela ecoeficiência dos seus processos produtivos, adotando uma produção mais limpa e verde. Com isso, a organização pode oferecer condições para o desenvolvimento de uma cultura ambiental, buscando a não contaminação do meio ambiente, procurando participar de todas as atividades patrocinadas pelas autoridades governamentais, locais e regionais, no que diz respeito ao ambiente natural (JABBOUR; SANTOS, 2006).

Educação para a sustentabilidade

Visando à mitigação dos problemas ambientais, constatou-se a necessidade da incorporação da educação ambiental (EA) ao sistema de ensino, tendo, através da educação, uma possibilidade de mobilizar a sociedade. A ideia é inserir a variável meio ambiente, em suas dimensões física, química, biológica, econômica, política, social e cultural, em todas as disciplinas e em todos os veículos de transmissão de conhecimento (SILVA, 2006).

Carvalho (2001) entende a EA como uma convocação sensitiva, afetiva e cognitiva que possibilita uma releitura do mundo sob o ponto de vista ambiental, estabelecendo múltiplas compreensões coletivas sociais em relação ao ambiente. Nesse sentido, o processo de aprendizagem dá-se particularmente pela ação do educador como intérprete dos nexos entre sociedade e ambiente, e a EA aparece como mediadora na construção social de novas sensibilidades e posturas éticas diante do mundo.

Como destaca Silva (2006), a função da EA não é reproduzir ou divulgar conhecimentos acerca do ambiente; pelo contrário, ela se propõe a difundir a formação extensiva da consciência ética ambiental. Jacobi (2003) afirma que os educadores têm um papel estratégico e decisivo na inserção da educação para a sustentabilidade, permitindo que os alunos desenvolvam um posicionamento crítico ante a crise socioambiental, transformando hábitos e práticas sociais com o objetivo de formar uma cidadania ambiental que mobilize diferentes atores da sociedade para as questões da sustentabilidade em seu significado mais abrangente.

Formação de administradores para a sustentabilidade

As instituições de Ensino Superior (IES) assumem um papel importante em relação à EA, porque é exatamente através da elaboração da ementa dos cursos que podem ser inseridas estratégias de engajamento social importantes para o aprendizado de toda a sociedade.

Tauchen e Brandli (2006) descrevem duas correntes sobre o papel das IES na promoção da sustentabilidade. A primeira corrente considera a educação como prática fundamental para que a IES, na formação dos alunos, contribua para a qualificação deles, de modo que incluam em suas práticas profissionais a preocupação com as questões ambientais. A segunda corrente, por sua vez, "destaca a postura de algumas IES na implementação de SGA em seus *campi*, como modelos e exemplos práticos de gestão sustentável para a sociedade" (TAUCHEN; BRANDLI, 2006, p. 504).

A Unesco (BRASIL, 1997) sugere que sejam trabalhados com os alunos da educação superior: a) papel e potencial das universidades para o desenvolvimento da pesquisa; b) tratamento interdisciplinar ao problema fundamental da correlação entre o homem e a natureza, em qualquer que seja a disciplina; c) meios auxiliares e manuais sobre os fundamentos teóricos da proteção ambiental.

O enfrentamento da EA exige um enfoque interdisciplinar para a compreensão e a transformação da realidade, entendida como uma unidade multifacetada (NOVICKI, 2004). Além disso, a determinação do Ministério da Educação do Brasil para a viabilização de uma abordagem transversal da temática ambiental em sala de aula nas diferentes disciplinas, a orientação da Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea) sobre o tratamento interdisciplinar/transversal da temática ambiental e a proibição de uma disciplina específica em EA (BRASIL, 2008) reforçam a importância da discussão e do estudo da questão da interdisciplinaridade no contexto escolar.

O ensino universitário convive diariamente com a contradição das classes sociais.

> De um lado, coloca-o [o ensino universitário] a serviço da formação das elites dirigentes e, de outro, produz conhecimentos críticos, na interpretação das relações sociais contraditórias, para seu enfrentamento e transformação (TOZONI-REIS, 2012).

As organizações curriculares fragmentadas e desarticuladas contribuem para uma cisão histórica das atividades humanas imposta pela lógica racionalista e pela sua vertente mais econômica (embasada principalmente no modelo de trabalho industrial), colocando o indivíduo como objeto de ação parcial, obrigando-o a constituir-se num homem dividido, alienado, desumanizado (TOZONI-REIS, 2012).

Existem desafios para a implementação da EA nas IES no que se refere à operacionalização de assuntos relacionados à sustentabilidade na matriz curricular de algumas instituições. Um desafio importante está ligado à orientação efetiva das estratégias das IES em direção à sustentabilidade, com a destinação de recursos específicos, sobretudo financeiros, para isso.

As IES têm a responsabilidade de promover o debate sobre o tema, como também de facilitá-lo, conduzi-lo e enriquecê-lo, propiciando, especialmente aos estudantes, os meios para se informar, proceder às reflexões críticas necessárias e instituir novas práticas gerenciais. A cultura constituída pelas escolas superiores deve gerar a criação de habilidades que possibilitem neutralizar ou minimizar os problemas causados pelo modelo clássico de gestão.

A gestão ambiental é uma das áreas emergentes nos cursos de Administração e começa a tomar grande vulto como objeto de estudo de novos pesquisadores. A partir do momento em que as questões ambientais passaram a ser uma preocupação cada vez maior nas organizações, deslocando-se da função de proteção para uma função administrativa, a gestão ambiental deixou de ser um tema da moda para ingressar na ciência administrativa, enquanto componente importante dessa área do conhecimento (BARBIERI, 2004).

Segundo Barbieri e Teodósio (2005), muitos egressos da graduação em Administração ocuparão, em alguns anos, cargos de liderança nas empresas e terão, em maior ou menor grau, ca-

pacidade de influência, por meio da criação e implementação de diferentes estratégias de gestão ambiental. Andrade, Tachizawa e Carvalho (2002, p. 180) afirmam:

> Por esta razão, os cursos de Administração, no nível de graduação, especialização, bem como de pós-graduação, podem levar em consideração em seu currículo e, portanto, em seu projeto pedagógico e no seu processo de ensino-aprendizagem, novas disciplinas na formação profissional do administrador, entre elas, a gestão ambiental, com o objetivo de acompanhar as transformações e as necessidades do mercado diante do processo de globalização.

A questão ambiental nas organizações ocupa lugar importante no papel socialmente desejado e demandado dos administradores no exercício de sua profissão, exigindo um novo perfil do profissional, de forma que consiga articular e organizar uma estrutura administrativa que comporte a efetiva condução de todos os setores da organização rumo à responsabilidade social e ambiental. Na condição de gestores, os administradores terão que trazer soluções para os impactos socioambientais, em vez de serem responsáveis por causá-los. Para que isso ocorra, é necessário haver mudanças na abordagem empresarial, um novo entendimento do papel do administrador, a fim de desenvolver competências e valores, promover a equidade e o diálogo com diversos públicos e alinhar a geração de valor econômico às dimensões social e ambiental (BARBIERI, 2004; SILVA, 2006).

As organizações que pretendem alcançar credibilidade e aceitação da sociedade precisam responsabilizar-se pelo impacto de suas atividades sobre o meio ambiente e implantar ações para amenizá-lo (CLARO *et al.*, 2008). Para auxiliar os administradores nessa difícil tarefa, surgiu o sistema de gestão ambiental (SGA). Esse sistema requer planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras ações que contribuam para a redução ou a eliminação do impacto causado por ações humanas, o que exige comprometimento e integração entre as áreas administrativa e operacional (BARBIERI, 2004). Desse modo, o administrador deve se tornar um profissional bem formado, consciente de suas responsabilidades, capaz de buscar tecnologias que minimizem danos socioambientais e de evitar procedimentos inadequados que consumam, esgotem ou desperdicem recursos naturais sem nada acrescentar à satisfação do consumidor (VALLE, 1996).

Barbieri e Teodósio (2005) ainda indicam que as escolas de Administração, como formadoras de futuros dirigentes e executivos, ampliam a sua responsabilidade na capacitação desses profissionais e também na sensibilização deles para as questões socioambientais.

> A expansão da consciência coletiva em relação ao meio ambiente e a complexidade das atuais demandas ambientais que a sociedade repassa às organizações induzem um novo posicionamento por parte das organizações diante de tais questões. Tal posicionamento, por sua vez, exige gestores empresariais preparados para fazer frente a tais demandas ambientais, que saibam conciliar as questões ambientais com os objetivos econômicos de suas organizações empresariais. Fica evidente que a formação de recursos humanos, entre eles a do profissional generalista ou aquele especializado, ambos graduados por escolas de Administração, é requerida em todas as direções e níveis nos quais se processa o novo padrão da gestão ambiental em suas dimensões de conteúdo, forma e sustentação (ANDRADE; TACHIZAWA; CARVALHO, 2002, p. 179).

A gestão ambiental se desenvolve, e o futuro administrador, apesar de lidar com uma nova área do conhecimento, precisa construir uma bagagem teórica que atenda as exigências da sociedade, do meio ambiente, do mercado e da própria organização. As questões ambientais ainda não foram absorvidas pelas IES e pelos cursos de Administração de maneira consistente. Acredita-se que a implementação da formação orientada para a sustentabilidade se justifique pela importância que a temática tem para o futuro da sociedade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração e a Resolução do Conselho Federal de Administração nº 4, de 13 de julho de 2005 (BRASIL, 2005), sugerem os seguintes conteúdos para a formação do administrador: a) conteúdos de formação básica relacionados a antropologia, sociologia, filosofia, psicologia, ética profissional, política, comportamento, economia, contabilidade, ciências jurídicas, tecnologias da comunicação e da informação; b) conteúdos de formação profissional que envolvam teorias da administração e das organizações, administração de recursos humanos, mercado, *marketing*, materiais, produção, logística, sistemas de informação, planejamento estratégico, serviços e finanças e/ou orçamento; c) conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias, abrangendo pesquisa operacional, modelos matemáticos e estatísticos, teoria dos jogos e aplicação de estratégias, e tecnologias e procedimentos que contribuam para o aprimoramento da administração; d) conteúdos de formação complementar, com estudos opcionais e interdisciplinares para o enriquecimento do perfil do formando.

Com isso, houve um crescimento da inserção da EA nos cursos de graduação em Administração. Muitas vezes, porém, predomina uma perspectiva tecnicista e centrada apenas nos interesses das empresas, com a predominância de temas econômico-financeiros, mesmo quando são discutidas questões socioambientais. Para Barbieri e Teodósio (2005), isso não constitui uma formação para a sustentabilidade robusta, capaz de dar conta dos desafios contemporâneos ligados à crise socioambiental que atinge a todos na sociedade, inclusive (e sobretudo) as próprias empresas.

Reforçando isso, Barbieri (2004) destaca que a maior parte dos programas de EA nos cursos superiores não passa de atividades isoladas por ocasião do Dia do Meio Ambiente ou programas de coleta seletiva do lixo gerado nas dependências da escola. É preciso mudar o comportamento típico de empresários e administradores, que sempre enxergam as oportunidades e os investimentos na melhoria das práticas ambientais como gastos ou custos, o que faz a EA ter uma entrada lenta nos cursos de Administração (BARBIERI; TEODÓSIO, 2005). Jacobi, Rauflet e Arruda (2011, p. 39) afirmam que

> […] existe um crescimento da inserção do enfoque da sustentabilidade em muitas instituições, entretanto a inclusão/inserção do tema nas disciplinas específicas, assim como o ensino em torno de conceitos associados, ocorre notadamente a partir de iniciativas individuais de docentes, mas pouco articuladas com o todo.

Na abordagem didática visando à difusão da sustentabilidade nos cursos de graduação, encontram-se os desafios da inclusão da interdisciplinaridade na ementa das disciplinas. As abordagens tradicionais adotadas pelos professores de Administração, às quais os alunos já estão habituados, necessitam claramente de alterações, para que o aprendizado de gestão ambiental possa ocorrer de forma mais consistente.

Um dos primeiros obstáculos a superar é, certamente, oferecer aos alunos conhecimentos úteis e atraentes sobre ecologia, administração e tecnologia de forma integrada. Essa junção de conhecimentos deve propiciar uma experiência de aprendizagem estimulante.

No caso específico dos cursos de Administração, deve-se não somente responder às necessidades do mercado de trabalho, mas também propor uma mudança de enfoque do administrador, tanto como discente quanto como docente. O profissional formado pelos cursos de Administração deve constituir-se como agente transformador, capaz de ajustar-se com rapidez aos avanços da ciência e da tecnologia, ajudando a promover o estabelecimento de uma nova ordem econômica, social e ambiental, que seja mais justa, democrática e sustentável (BARBIERI; TEODÓSIO, 2005).

Kruglianskas (1993, p. 5) diz que o recrutamento de estudantes com formação em gestão ambiental representa um elemento altamente

motivador para o aumento da oferta de profissionais com essa nova capacitação:

> Haverá nos próximos anos um aumento muito grande da demanda por profissionais que tenham domínio dos temas ligados à gestão ambiental, pois no próximo século o problema da economia sustentável estará no centro do debate empresarial e constituirá a base da sobrevivência e competitividade do setor produtivo.

Através da EA, empresários e pesquisadores podem começar a vislumbrar melhorias, com vistas ao alcance de processos mais limpos e transparentes em sua corporação. Os administradores, que serão futuros dirigentes e executivos, estando conscientes e engajados nas questões ambientais, cada vez mais serão vistos como atores relevantes na difusão de soluções para os problemas ambientais, em vez de geradores de impactos adversos das atividades empresariais sobre a sociedade, sem a devida responsabilização corporativa, como ainda acontece hoje.

Segundo Jacobi, Rauflet e Arruda (2011), a sustentabilidade é um desafio em termos de inovação, uma janela de oportunidades para as escolas de Administração na formação de líderes. Por ser um tema central de conhecimento, mas ainda perpassado por concepções estereotipadas e distorcidas sobre a realidade socioambiental, torna-se mais necessário o avanço na direção de quadros conceituais efetivamente novos, que promovam uma alteração significativa no processo de conhecer, abordar e transformar os problemas ambientais e sociais que se manifestam nos tempos atuais. Educar indivíduos para além de seus papéis profissionais e gerenciais é um desafio que a humanidade vem enfrentando, e continuará a enfrentar, no ensino da Administração no século XXI. Isso é um verdadeiro convite para a reinvenção do curso.

Procedimentos metodológicos

Este estudo inscreve-se no campo da pesquisa qualitativa, apesar de recorrer a dados quantitativos para a discussão da difusão da sustentabilidade no curso de graduação em Administração. Como o objetivo principal da pesquisa é analisar a percepção de alunos, professores e gestores do curso a respeito da responsabilidade socioambiental e a formação ambiental oferecida no âmbito dessa graduação, optou-se pela coleta de dados secundários relacionados ao planejamento do curso e à organização da educação superior, em especial no que tange à formação para a sustentabilidade no País. Na coleta de dados primários, as estratégias metodológicas envolveram a aplicação de questionários aos alunos e a realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade com o coordenador e com professores do curso.

Foram aplicados questionários aos alunos da graduação em Administração da PUC Minas, na unidade universitária de Betim, acessando uma amostra de discentes em todos os períodos do curso, de forma que se possa compreender o ensino de sustentabilidade em diferentes momentos da graduação, ou seja, no início, no meio e no fim da trajetória formativa dos alunos.

Os dados coletados foram tabulados, a fim de gerar registros escritos dos depoimentos e permitir a construção de gráficos e tabelas com as informações obtidas através de questionários. A análise procurou triangular dados de diferentes fontes e de distintas naturezas, como forma de construir uma compreensão geral do ensino de sustentabilidade no referido curso de graduação em Administração.

Análise dos dados: a incorporação da sustentabilidade na formação de administradores

O gráfico a seguir apresenta a opinião dos alunos sobre a crise ambiental no planeta. Foi observado que, para 82% deles, ela é evidente e inquestionável. Alguns apontam que não têm tanta certeza sobre a gravidade da situação (17% dos respondentes), duvidando das grandes mídias e das ONGs. Cabe destacar que no Brasil – de forma distinta do que ocorre nos Estados Unidos, por exemplo – não existe tanta dúvida e controvérsia sobre a crise ambiental.

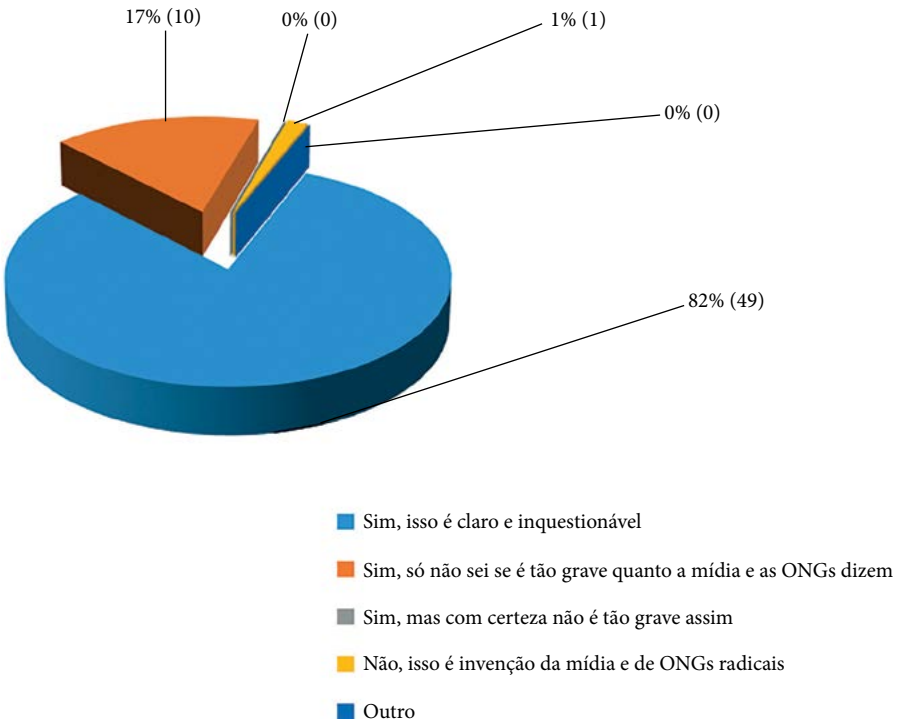

Gráfico 1 - A crise ambiental no planeta

Quanto às ações do governo em relação ao meio ambiente, 56% dos alunos acreditam que existe pouco empenho para trazer melhorias. Um dos professores entrevistados diz: "Temos um governo que não ajuda e que quase não tem nenhum programa para as empresas investirem em sustentabilidade". Essa compreensão da realidade denota grande desconhecimento, inclusive por parte do corpo docente, das diferentes oportunidades de modernização (em termos de ecoeficiência) disponíveis a partir de políticas públicas e linhas de financiamento do governo brasileiro. Esse resultado pode estar associado a distintos fatores – por exemplo, à cultura que se estabelece em escolas de negócios e cursos da área de ciências gerenciais (Economia, Administração, Ciências Contábeis e Comércio Exterior) de sempre rotular o governo de inepto e ineficiente e sempre colocar a realidade brasileira muito aquém da de outros países, notadamente os países centrais, assumidos como superiores cultural e politicamente ao Brasil. Essa visão parece ser menos incisiva e distorcida entre os discentes, visto que 39% dos alunos disseram que existe um empenho mediano nas ações do governo em relação ao meio ambiente.

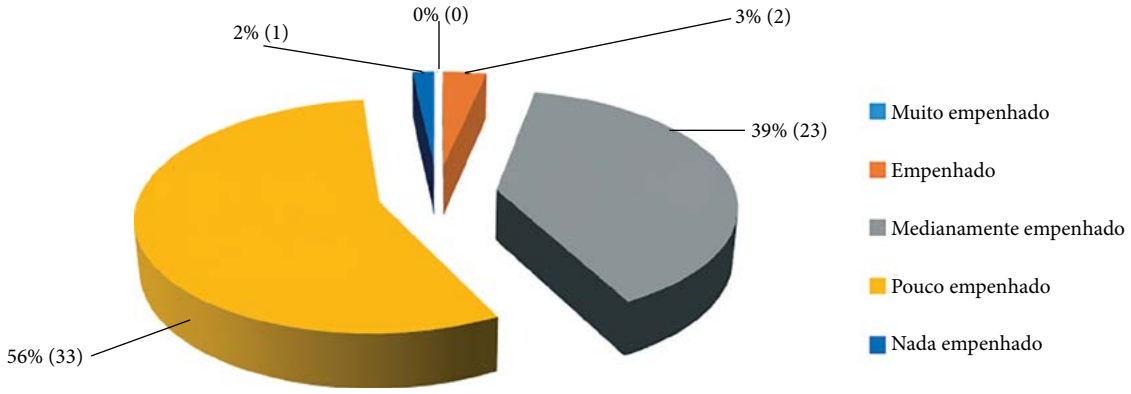

Gráfico 2 – O governo em relação ao meio ambiente

Outra questão da pesquisa buscava saber do aluno de quem é a responsabilidade pela preservação ambiental. Conforme o gráfico a seguir, para 53% dos alunos a responsabilidade é do governo, e para 45% a responsabilidade é de cada cidadão. Aqui novamente parece se reproduzir outra característica central da cultura política brasileira: a de sempre remeter o ônus do avanço da cidadania, da democracia e da qualidade de vida no seio da sociedade ao governo, mitigando responsabilidades individuais, notadamente das corporações, das ONGs e dos cidadãos, na preservação ambiental e na promoção da sustentabilidade.

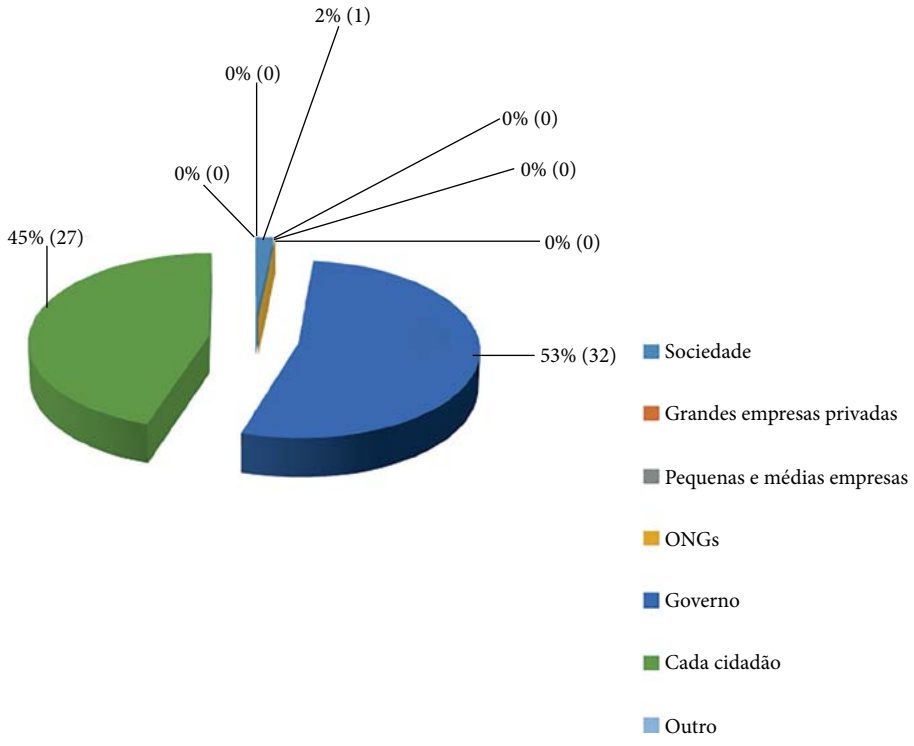

Gráfico 3 – Maior responsabilidade pela preservação ambiental

Quando questionados sobre o desafio de promover o desenvolvimento sustentável, 50% dos alunos responderam que as pessoas devem consumir menos e mais racionalmente. Ashley (2001) afirma que as empresas veem a preservação ambiental como uma nova estratégia para aumentar o lucro. O principal desafio nesse sentido é alinhar os objetivos das empresas e dos empresários no que se refere ao consumo e à geração de produtos e a relação dessas variáveis na proteção do meio ambiente.

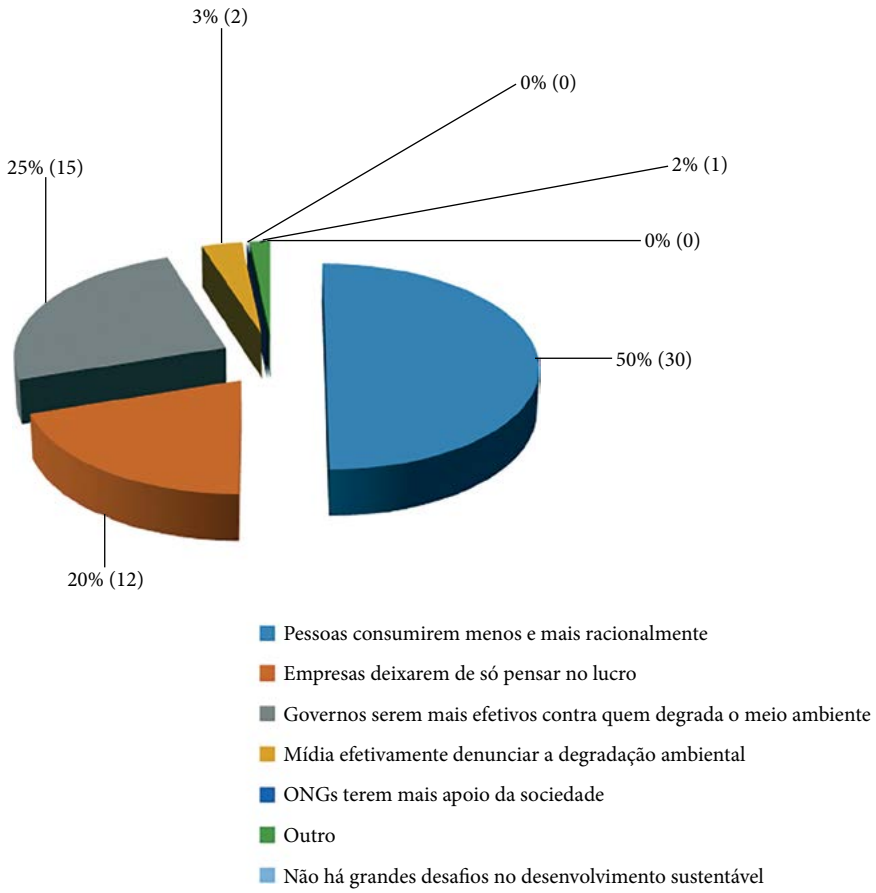

Gráfico 4 – Principal desafio para promover o desenvolvimento sustentável

No questionário, procurou-se saber o que seria, de acordo com a percepção dos alunos, o administrador que age de forma eficiente. A maioria dos alunos, 80% dos respondentes, afirmou que um administrador eficiente é o gerador de lucro para o negócio. Apenas 11% disseram que priorizar o meio ambiente e conjuntamente gerar lucro representa o administrador eficiente. Nesse aspecto, fica evidente a dificuldade da educação para a sustentabilidade em romper um padrão de socialização e difusão de senso comum na sociedade contemporânea, que naturaliza o lucro empresarial e o interesse corporativo como direitos inatos e inquestionáveis. A teoria dos *stakeholders* parece virar letra morta nessa realidade, na medida em que não se consegue construir com os alunos a compreensão de que as organizações têm deveres tão relevantes, ou até mais relevantes, que seus direitos de propriedade e geração de lucro ou valor econômico apenas para os *stockholders* e *shareholders*.

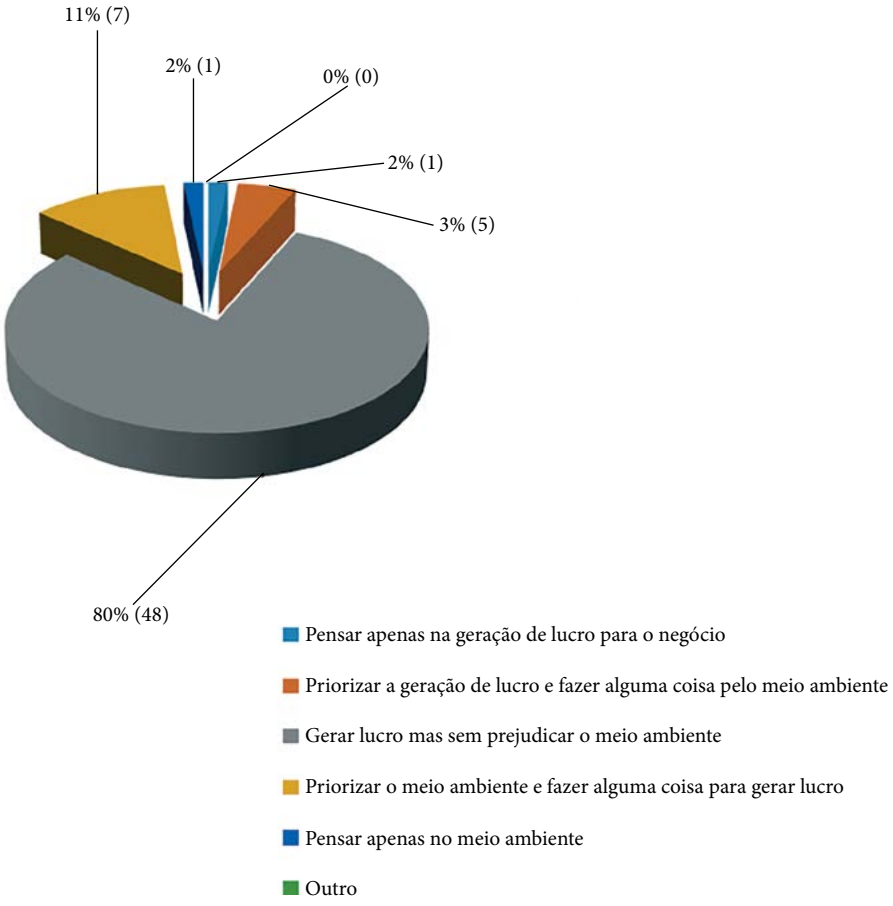

Gráfico 5 – Ação de um administrador eficiente

Sobre a importância da responsabilidade ambiental para o exercício da profissão do administrador, a maioria dos alunos (53%) respondeu que a considera elevada, ou seja, os futuros gestores já veem esse tema como algo relevante.

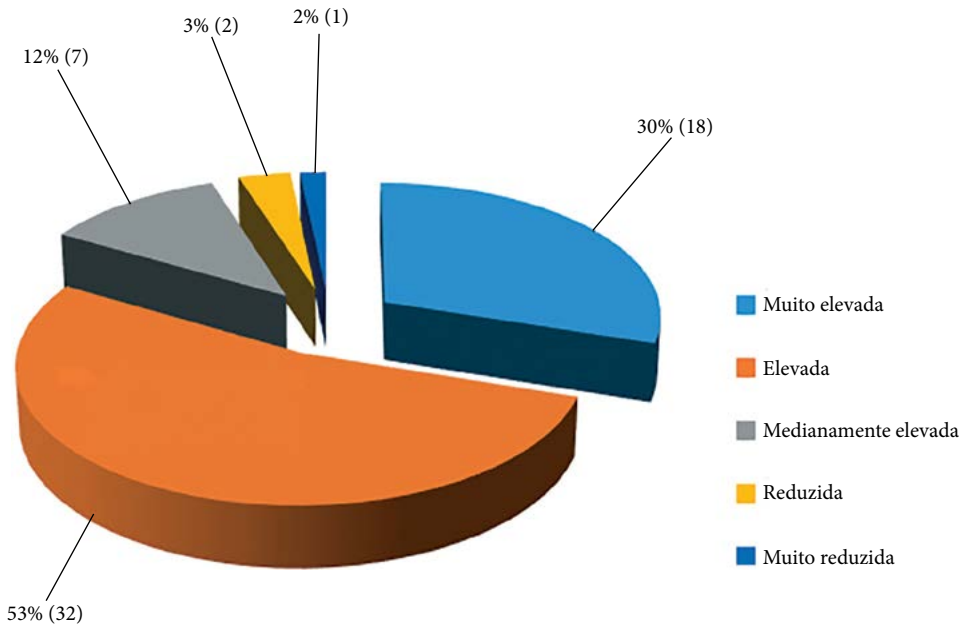

Gráfico 6 – Importância da responsabilidade ambiental para a profissão do administrador

Embora levem em conta a importância da responsabilidade social no exercício da função administrativa, os alunos se sentem medianamente ou pouco preparados para atuar na área ambiental, como se vê no gráfico a seguir.

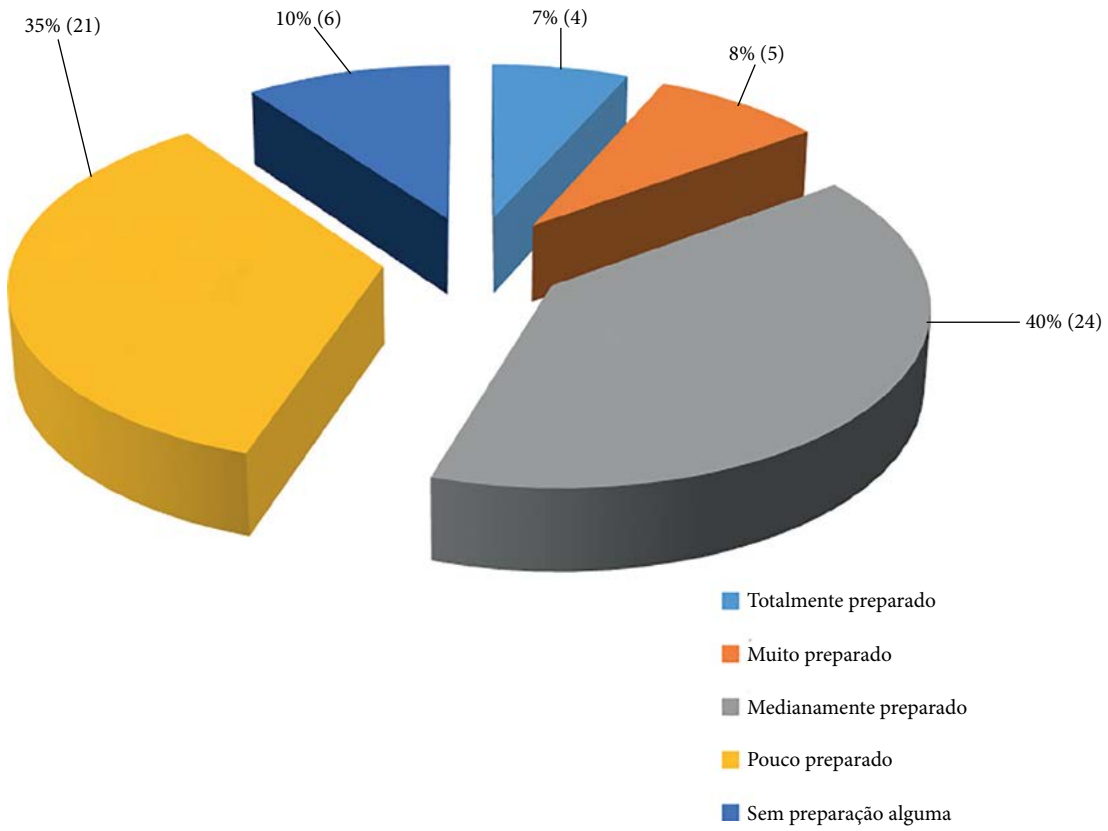

Gráfico 7 – Percepção do aluno sobre sua preparação para atuar na área de meio ambiente

Quando foi indagado aos alunos sobre seu conhecimento das práticas de EA desenvolvidas pela PUC Betim, 42% responderam conhecer medianamente essas práticas, e 28% ressaltaram não ter nenhum conhecimento a respeito. Um dos professores entrevistados comentou que "os alunos entram na universidade bastante imaturos, mas o curso está buscando dar uma formação diferenciada, tentando fazer com que seja possível sair da universidade tendo conhecimento sobre esses aspectos". Esse resultado incita outra discussão relevante no âmbito da formação para a sustentabilidade desenvolvida nas IES, no que tange à publicação das ações de EA com o público interno e externo à universidade. Para muitos, que têm uma visão tecnicista, a resposta seria o desenho de estratégias de publicidade e propaganda mais agressivas quanto às ações de extensão da universidade. Para aqueles que advogam uma análise crítica e complexa dessa realidade, o problema tem outras raízes estruturais, ligadas ao excesso de exposição midiática do repertório politicamente correto quanto ao meio ambiente, ao desprestígio das ações de extensão em relação à pesquisa nas universidades e ao fato de que informação não falta sobre os problemas e as soluções ambientais – uma inércia quanto à postura ambiental se perpetua apesar de toda a consciência que os indivíduos contemporâneos parecem ter sobre a realidade socioambiental. Enfim, para essa segunda vertente, o problema não é a publicização e a autopromoção midiática das IES, e sim estratégias e ações mais efetivas para a mudança de posturas cotidianas quanto ao meio ambiente.

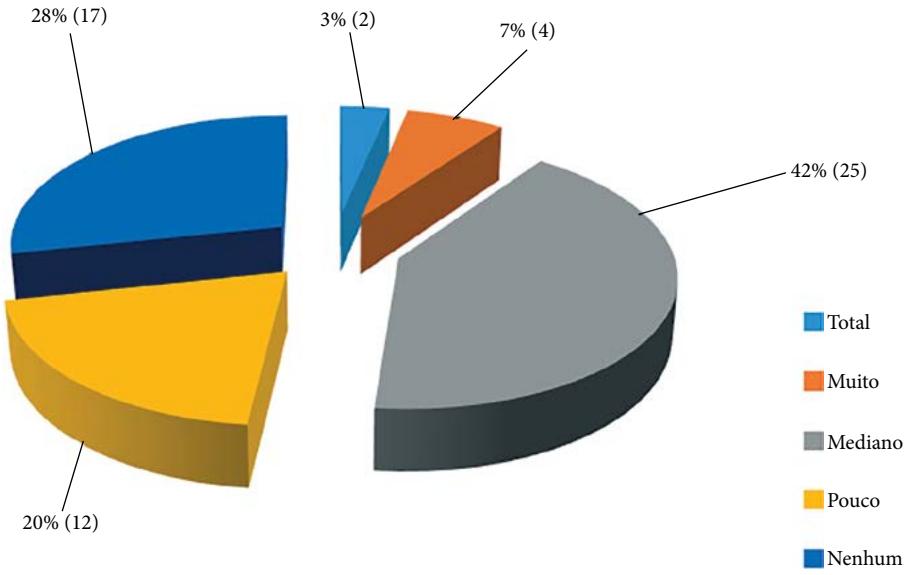

Gráfico 8 – Conhecimento das práticas de EA desenvolvidas pela PUC Betim

Verifica-se ainda que, para 67% dos alunos, questões ambientais são discutidas em sala de aula de vez em quando, para 15% sempre e para outros 15% nunca. Nesse sentido, é relevante compreender que não basta apenas inserir, muitas vezes de forma pontual e fragmentada, conteúdos de sustentabilidade em diferentes disciplinas do curso. Apesar de a maioria absoluta dos alunos afirmar que meio ambiente e sustentabilidade são temas problematizados pelo curso, mentalidades e posturas não se transformaram em direção a abordagens mais robustas na promoção da sustentabilidade e na superação dos problemas socioambientais vivenciados pelas sociedades contemporâneas.

Um dos professores entrevistados diz que o tema da sustentabilidade ainda está sendo difundido na PUC Betim e que existe o desafio de envolver o corpo docente nessa temática: "Nós percebemos o interesse dos professores, mas precisamos melhorar na capacitação e na renovação desse conhecimento".

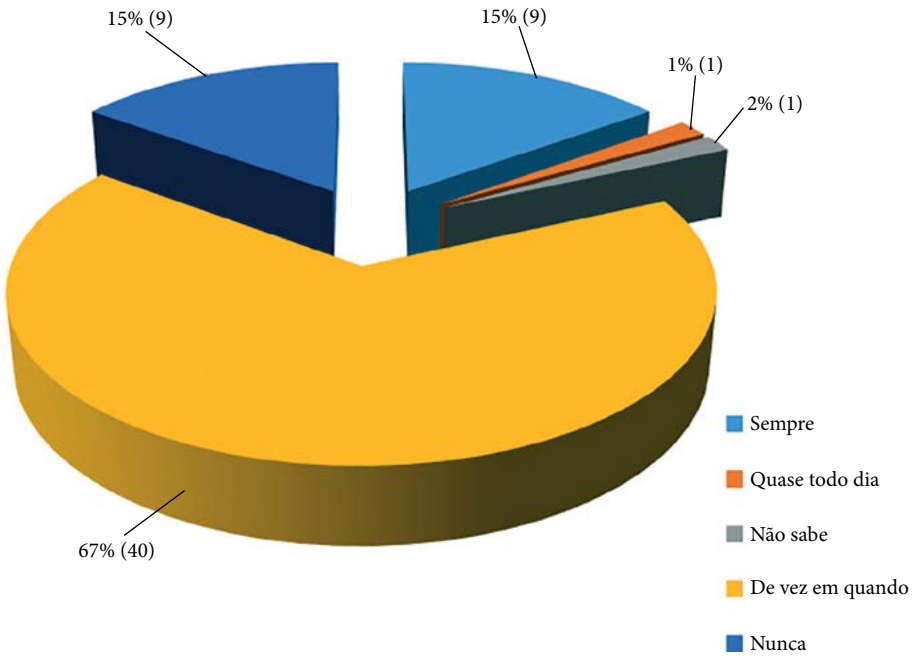

Gráfico 9 - Frequência de discussões ambientais nas aulas de Administração da PUC Betim

Procurou-se saber como o curso de Administração deveria aprimorar o ensino sobre a responsabilidade ambiental: 46% dos alunos responderam que deveria incluir na grade de ensino uma disciplina obrigatória sobre o tema. Essa disciplina existe no curso como conteúdo ou matéria obrigatória. Um dos professores entrevistados comenta: "O curso de Administração da PUC acabou de mudar o processo pedagógico incluindo uma disciplina chamada Responsabilidade Social e Ambiental, que não existia na grade curricular". No entanto, outro professor assinalou que a inclusão dessa nova disciplina não foi um investimento que se fez pensando em sustentabilidade – pelo contrário, se fez pensando na possibilidade de uma formação com foco no mercado. Cabe destacar que, na verdade, não houve uma expansão da carga horária destinada a conteúdos de ética, responsabilidade social e sustentabilidade no âmbito do curso, visto que a nova disciplina substituiu a antiga Ética nos Negócios.

Nos últimos anos, têm sido oferecidas disciplinas optativas ou de conteúdo variável relacionadas à responsabilidade social empresarial e à sustentabilidade no âmbito do curso de Administração da PUC Minas em Betim. Nada garante, porém, que essas disciplinas, no futuro, estarão presentes na formação dos graduandos. As várias reformas curriculares realizadas no curso de Administração da PUC Minas não contemplaram os temas sociais e ambientais. Em vez disso, reduziram proporcionalmente o espaço desses temas e da formação crítica em prol de disciplinas de caráter tecnicista, centradas na visão mercadológica e corporativa pura e simplesmente, como disciplinas de empreendedorismo, de gestão de projetos e internacionalização de empresas. Conteúdos ligados à gestão pública local, ao desenvolvimento local, à própria ética nos negócios, disciplina tradicional no curso de Administração da PUC Minas, foram relegados a segundo plano nas últimas três reformas curriculares do curso. Aqui desnuda-se outra realidade complexa no ambiente institucional das IES: a das reformas curriculares e das lutas pela manutenção da carga horária de professores horistas, o que acaba por descaracterizar as propostas pedagógicas de reformulação de currículos.

Tabela 1 – O curso de Administração e o aperfeiçoamento do ensino de responsabilidade ambiental

Como o curso de Administração deveria aperfeiçoar o ensino de responsabilidade ambiental?		
Propor uma matéria optativa sobre o tema	10	17%
Adotar uma matéria obrigatória sobre o tema	28	46%
Incorporar o tema em todas as disciplinas do curso	12	20%
Realizar atividades aplicadas dentro da PUC Betim	9	15%
Desenvolver atividades aplicadas na cidade de Betim	1	2%
Outro	0	0%
O curso de Administração não deve aperfeiçoar o ensino de meio ambiente	0	0%

Quando se perguntou aos alunos sobre investimento em inovações ambientais e competitividade das empresas, 42% dos respondentes afirmaram que é um investimento que possivelmente amplia a competitividade. Assim, pode-se dizer que os alunos estão conscientes da importância da gestão da sustentabilidade na sua formação e que a preocupação organizacional com a questão ambiental é uma tendência que pode ganhar ainda mais força no futuro. Entre os respondentes do questionário, 22% ressaltaram que o investimento em gestão da sustentabilidade amplia um pouco a competitividade e 65% concordaram totalmente que investir em inovações ambientais é um bom negócio.

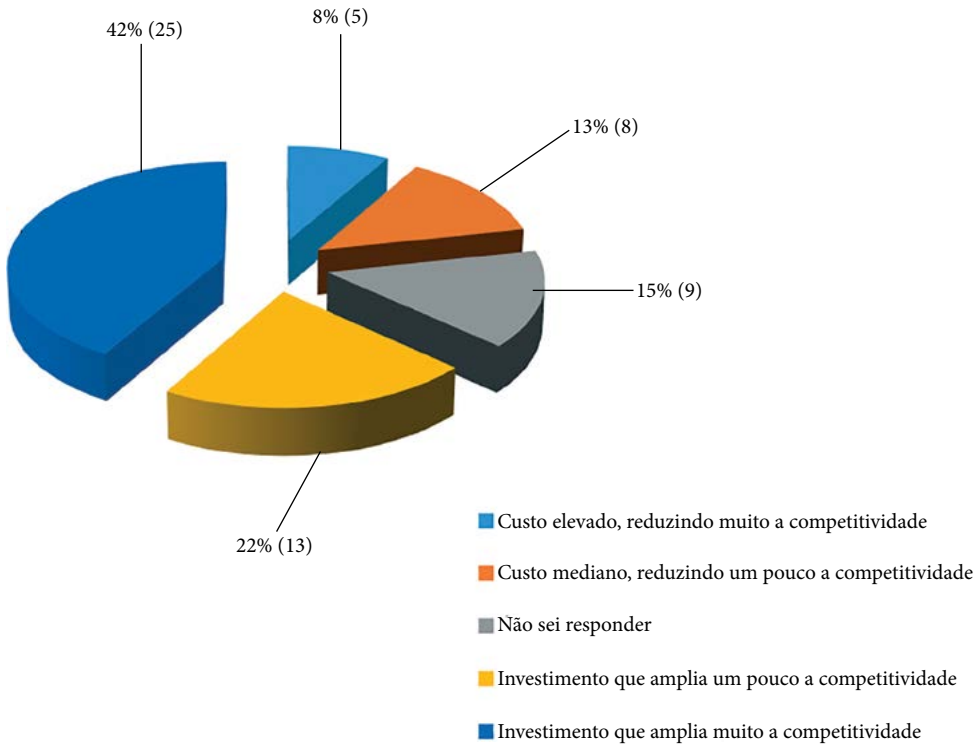

Gráfico 10 – Investimento em inovações ambientais e competitividade das empresas

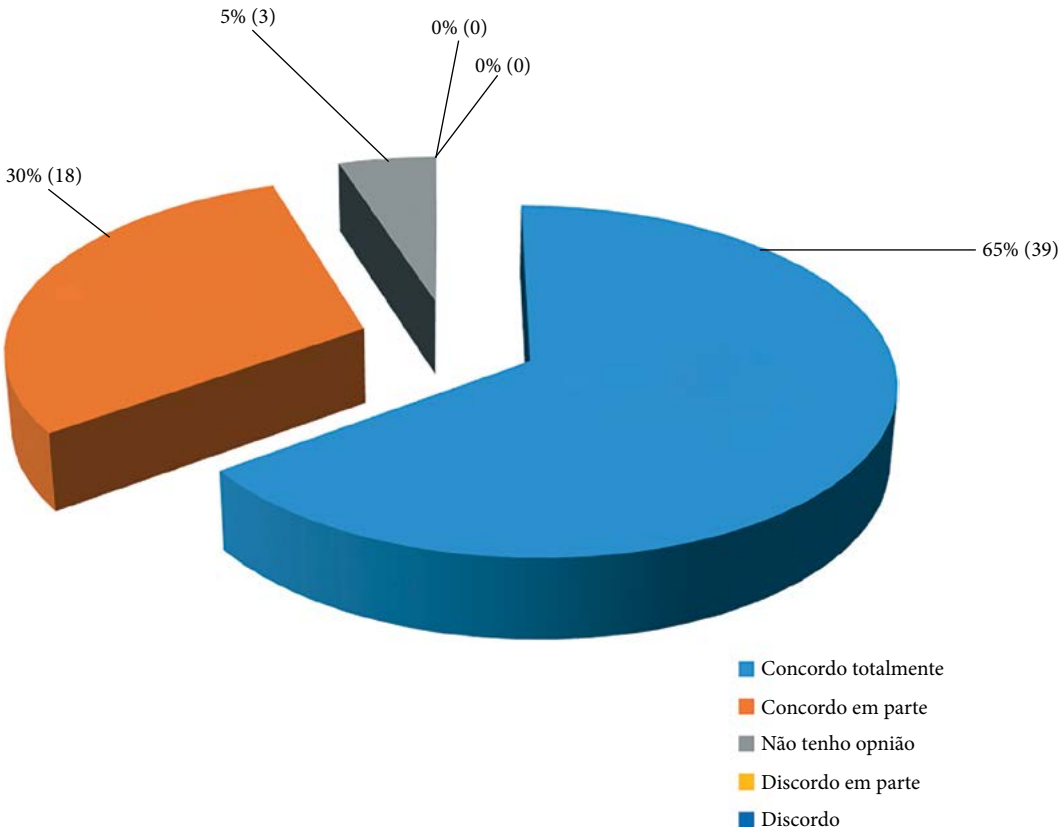

Gráfico 11 – Investir em meio ambiente é um bom negócio?

No questionário, procurou-se saber qual a ação governamental mais importante para induzir inovações ambientais nas empresas: 44% dos alunos responderam que fiscalizar com rigor e punir as empresas que descumprem a lei pode resultar em algum avanço.

Tabela 2 – A ação mais importante do governo para induzir inovações ambientais nas empresas

Qual ação governamental é mais importante para induzir inovações ambientais nas empresas?		
Fiscalizar com rigor e punir as empresas que descumprirem a lei	26	44%
Combater a corrupção e não vender licenças ambientais	8	13%
Reduzir impostos das empresas que adotam inovações ambientais	10	17%
Desburocratizar a concessão de licenças ambientais	4	7%
Abrir o mercado para concorrentes internacionais com melhores práticas ambientais	2	3%
Investir em pesquisa e inovação ambiental nas universidades	3	5%
Estimular parcerias entre empresas e ONGs ambientais	5	8%
Cobrar mais impostos no consumo e investi-los no meio ambiente	2	3%
Outro	0	0%
O governo não deve fazer nada para induzir inovações ambientais	0	0%

Os dados coletados e analisados denotam que os avanços na formação dos administradores em direção à sustentabilidade são marcados por grandes desafios e por obstáculos e inércias muito significativos. A permanência e a naturalização de uma visão de mundo centrada no ser humano (em detrimento de uma compreensão ecocêntrica da natureza e do planeta), a sedução do tecnicismo e do pensamento tecnocrático e a hegemonia da naturalização dos interesses corporativos acima dos deveres para com a sociedade, o meio ambiente e as gerações futuras são obstáculos importantes que os esforços para a promoção de uma educação substantiva em prol da sustentabilidade não conseguiram ainda romper no âmbito do curso de Administração examinado.

Considerações finais

Foi possível concluir que, no curso de Administração analisado, a sustentabilidade não se difundiu ainda como estratégia consistente de formação dos discentes. A percepção dos alunos indica isso, e os depoimentos dos professores e da coordenação confirmam que muitos desafios precisam ser superados para que se avance em uma EA capaz de romper o economicismo, o antropocentrismo e o autointeresse (ou a defesa inconteste dos interesses das empresas e corporações privadas), que marcam a socialização dos alunos nos cursos de graduação em Administração.

A inserção de disciplinas e conteúdos específicos sobre sustentabilidade e responsabilidade social empresarial ajuda a superar lugares comuns e a colocar em xeque a reprodução de uma visão tradicional que associa crescimento econômico e expansão empresarial a qualquer custo como objetivos centrais do desenvolvimento das sociedades. No entanto, a dificuldade de avançar em direção a uma abordagem interdisciplinar das questões socioambientais, assim como a permanência de conteúdos, discursos e abordagens que menosprezam e tornam invisíveis as questões do meio ambiente e os problemas sociais, mantém-se como obstáculo importante para uma formação ambiental mais consistente dos graduandos em Administração.

É razoável inferir que os resultados encontrados nessa experiência de ensino-aprendizagem em Administração, infelizmente, não sejam uma exceção no contexto brasileiro, marcado pela grande expansão desses cursos nas últimas décadas. Isso convida o leitor a se dedicar a novas investigações, capazes de trazer mais luz sobre essa temática tão cara não apenas aos administradores, mas a toda a sociedade. Pesquisas que comparem a realidade de diferentes regiões do País, diferentes IES (privadas, públicas, confessionais etc.) e diferentes perfis discentes (alunos de classes sociais mais elevadas, de classe média e de classes populares), entre outros recortes de investigação, podem constituir uma agenda de investigação muito interessante.

Referências

ABRAMOVAY, R.; SPERANZA, J.; PETITGAND, C. *Lixo zero*: gestão de resíduos sólidos para uma sociedade mais próspera. São Paulo: Planeta Sustentável; Instituto Ethos, 2013.

ALMEIDA, F. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. *Gestão ambiental*: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

ASHLEY, P. A. (Coord.). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente*: as estratégias de mudança da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.

___. *Gestão ambiental empresarial*: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.

___; TEODÓSIO, A. S. S. Responsabilidade ambiental no Brasil: novos desafios para a formação de administradores. *In*: ASAMBLEA ANUAL DEL CLADEA, 40., 2005, Santiago. *Anales*… Santiago: Cladea, 2005. p. 1-21.

BARONI, M. Ambiguidades e deficiências no conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 14-24, abr./jun. 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, 2005.

___. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: terceiro e quarto ciclos. Brasília, 2008.

___. Ministério do Meio Ambiente. *Educação ambiental*: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília, 1997.

CARVALHO, I. C. M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 43-51, abr./jun. 2001.

CLARO, P. B. O. *et al.* Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

JABBOUR, C. J. C.; SANTOS, F. C. A. Evolução da gestão ambiental na empresa: uma taxonomia integrada à gestão da produção e de recursos humanos. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 435-448, 2006.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p. 189-206, 2003.

___; RAUFLET, E.; ARRUDA, M. P. de. Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 12, n. 3, p. 21-50, 2011.

KRUGLIANSKAS, I. Ensino da gestão ambiental em escolas de administração de empresas: a experiência da FEA-USP. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 1993, São Paulo. *Anais*... São Paulo: FEA-USP; Eaesp-FGV, 1993.

LÉLÉ, S. Sustainable development: a critical review. *World Development*, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.

NOVICKI, V. Abordagens teórico-metodológicas na pesquisa discente em educação ambiental: programas de pós-graduação em educação do Rio de Janeiro. *Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2004.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI*: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SILVA, A. T. R. Educação ambiental na sociedade de risco. *In*: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., 2006, Brasília. *Anais*... Brasília: Anppas, 2006. p. 1-15.

SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G. (Org.). *Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável*: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de Ensino Superior: modelo para a implantação em *campus* universitário. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 3, n. 3, p. 503-515, dez. 2006.

TOZONI-REIS, M. F. de C. A interdisciplinaridade como alternativa à organização dos currículos escolares: algumas contribuições. *Com Ciência*, Campinas, n. 138, 10 maio 2012. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=78&id=966>. Acesso em: 21 nov. 2017.

VALLE, C. E. *Qualidade ambiental*: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente. São Paulo: Pioneira, 1996.